

Pelo fio do nome: relações transnacionais no processo de provimento material do Ginásio Paranaense (1892-1906)

Gecia Aline Garcia¹

ORCID: 0000-0002-8934-3741

Gizele de Souza¹

ORCID: 0000-0002-6487-4300

Resumo

Este texto utiliza-se de aspectos provenientes da pesquisa realizada no âmbito do curso de mestrado, bem como no de doutorado, situada nos debates sobre o provimento material escolar, a história da educação e a abordagem transnacional. Na esteira do método onomástico de Carlo Ginzburg (1991), com o fio do nome, foi encontrada uma maneira de apreender os sujeitos envolvidos no processo de suprimento e fabricação dos móveis escolares destinados ao Ginásio Paranaense em fins do século XIX e início do XX. Desse modo, este trabalho tem como objetivo identificar e mapear as referências transnacionais no processo de consumo dos artefatos dirigidos ao ensino secundário, averiguando quais necessidades eram postas e como eram satisfeitas. A empiria documental corresponde a artigos de jornais consultados por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; relatórios e ofícios de representantes governamentais, consultados no Departamento de Arquivo Público Paranaense; além de fontes iconográficas encontradas no acervo do Colégio Estadual do Paraná e atas do Museu Maçônico do Paraná. O trabalho tem como arcabouço teórico as contribuições de Serge Gruzinski (2001) no que se refere às conexões internacionais e intercontinentais no processo da investigação histórica; Eugenia Roldán Vera e Eckhardt Fuchs (2019) com a discussão sobre a história transnacional no âmbito educacional; e Cynthia Greive Veiga (2018) para compreender as margens existentes entre as necessidades da escola e como estas são atendidas.

Palavras-chave

História transnacional – Cultura material escolar – História da educação – Móveis escolares – Ensino secundário.

1- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Contatos: gecia.garcia@gmail.com; gizelesouza@ufpr.br



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248248461> por
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY-NC.

*Through the thread of names: transnational relations in the process of material provision at Ginásio Paranaense (1892-1906)**

Abstract

This text uses aspects from Master's and Doctoral studies situated in the debates about the provision of school material, history of education, and a transnational approach. Following the onomastic method of Carlo Ginzburg (1991), through the thread of names, we understand the subjects involved in the process of supplying and manufacturing the school furniture of Ginásio Paranaense in the late 19th century and early 20th century. Thus, the work aims to identify and map the transnational references in the consumption of artifacts targeting secondary education, checking the needs imposed and how they were fulfilled. The documental sources are newspaper articles consulted at the Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; reports and documents of governmental representatives, consulted at the Departamento de Arquivo Público Paranaense. Furthermore, we used iconographic sources found in the archive of Colégio Estadual do Paraná and minutes from the Museu Maçônico do Paraná. Our theoretical base was the contributions of Serge Gruzinski (2001) regarding the international and intercontinental connections in the process of historic research; Eugenia Roldán Vera and Eckhardt Fuchs (2019) with the discussion on transnational history in the educational sphere; and Cynthia Greive Veiga (2018) to understand the existing margins between schools needs and how they were answered.

Keywords

Transnational history – School material culture – History of education – School furniture – Secondary education.

Introdução

Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.
Serge Gruzinski

Contornar as narrativas eurocêntricas nas investigações dos historiadores ocidentais e exumar as ligações históricas é uma questão proposta por Serge Gruzinski (2001) ao explorar as *connected histories*². Assim, compreende Gruzinski (2001, p. 177) que a tarefa do historiador é “fazer aparecer as continuidades, as conexões ou as simples passagens muitas vezes minimizadas (quando não são excluídas da análise)”. Deste modo, entende-se

2- O conceito de “histórias conectadas” foi cunhado pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (1994). Segundo o autor, existem diversas esferas de circulação que transcendem as fronteiras regionais, nacionais, ou mesmo continentais, permitindo compreender as conexões existentes em diferentes culturas.

que, para o autor, os objetos tomados para a análise histórica articulam múltiplos pontos de contato e entroncamentos que acabam produzindo novas sínteses, que devem vir à tona no processo de escrita da história³.

Em relação à história da educação, Martin Lawn (2014), com tradução de Rafaela Silva Rabelo, relata a dificuldade, na Europa contemporânea, de estabelecer temas que não sejam reduzidos à configuração nacional. Explica o autor que, ao verificar a circulação de determinados objetos, estes foram perdendo autoria e sendo assumidos com uma roupagem nacional, enquanto outros pontos de contato foram esquecidos ou se tornaram invisíveis. Em outras palavras, a “história da educação tem tratado seu objeto de estudo como naturalmente nacional, como se tivesse fronteiras impermeáveis, instituições comuns, lugares distintos e objetos nativos” (LAWN; RABELO, 2014, p. 132). Por isso, quando olhamos para o nosso objeto de estudo, o processo de provimento da carteira escolar, tentamos estabelecer uma análise mais complexa, observando outras faces que estiveram presentes na composição material do ensino secundário paranaense.

Cynthia Greive Veiga (2018) explica que as relações entre as necessidades da escola e como estas são satisfeitas não devem ser lidas de modo a-histórico – pelo contrário: as relações de consumo, no caso do suprimento material escolar, para além das relações econômicas, também estabelecem construções sócio-históricas. Amparados nesses preceitos, este estudo tem por objetivo compreender, no âmbito do funcionamento do Ginásio Paranaense, entre os anos de 1892 e 1906, como se deu o processo de provimento mobiliário desta instituição, no sentido de verificar a circulação dos sujeitos envolvidos, os sistemas de referências velados, bem como as margens existentes entre as necessidades da escola e a sua satisfação.

Esses aspectos permitem problematizar uma operação estabelecida a partir da cultura material. Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998), devemos ter cuidado com o fetiche do objeto – isto é, não devemos reduzir a análise da peça documental apenas às suas propriedades físicas, sendo importante avaliar tanto as características físicas/sensoriais, como também a biografia do objeto (que envolve a relação de produção e interação social), a fim de identificar os usos e sentidos articulados pela sociedade que os produziu. Em relação à cultura material escolar, Escolano Benito (2017, p. 9) explica que adotar essa abordagem permite retomar “as regras operatórias que tramam as relações entre as pessoas e coisas”, permitindo, assim, conhecer uma cultura escolar e uma cultura material escolar.

Desta forma, ao adentrar na pesquisa empírica, a trama histórica aqui desenvolvida foi se desenhando a partir dos nomes entrelaçados, tendo por aporte teórico as considerações de Carlo Ginzburg (1991) sobre o método onomástico, que, segundo o autor, permite investigar as tramas contextuais que conectam os sujeitos. Três nomes são centrais para esta pesquisa: Pedro Rispoli, Affonso Lubrano e Victor Ferreira do Amaral e Silva. Os dois primeiros são imigrantes italianos que, no Brasil, construíram variados empreendimentos comerciais – dentre eles, fábricas de marcenaria que estiveram associadas à confecção mobiliária do Ginásio Paranaense. Já o terceiro, Victor Ferreira do

3- Disponibilidade de dados: todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi referenciado no próprio artigo e está disponível publicamente.

Amaral e Silva, enquanto diretor geral da Instrução Pública do Paraná, corresponde a um mediador cultural (GRUZINSKI, 2014) que corroborou para a circulação de artefatos e saberes e seu respectivo provimento.

O recorte inicial abrange o primeiro Regulamento do Ginásio Paranaense, publicado em 1892, momento em que estava em voga a discussão sobre o ensino intuitivo e a equiparação do ensino secundário paranaense ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. O recorte final estabelecido é o ano de 1906, período em que Pedro Rispoli assina contrato para a fabricação de móveis do Ginásio Paranaense, em especial do gabinete de química e física e o de história natural.

Com este cenário, ancorados ainda em Eugenia Roldán Vera e Eckhardt Fuchs (2019), acreditamos que o provimento material do Ginásio Paranaense aconteceu por um processo que “atravessou fronteiras”, pois teve seu sistema de consumo amparado na circulação internacional de catálogos, artefatos e sujeitos, permitindo pontos de conexão que contribuíram para a fabricação dos móveis escolares no Paraná.

O fio e o nome: conectados por uma carteira escolar

O final de semana se aproximava e quem folheasse o jornal *A República* naquela quinta-feira do verão curitibano, em 1904, se depararia com um convite inusitado para o que aconteceria no próximo sábado: à visitação na “Exposição Paranaense”. A notícia do jornal chamava atenção para as carteiras escolares que seriam expostas no pavilhão principal do novo Ginásio Paranaense prestes a ser inaugurado. De um “estylô⁴ especial, nunca visto entre nós” (A EXPOSIÇÃO, 1904, p. 2), o relator dá indícios sobre a procedência da mobília e de seu fornecedor. Segundo a nota jornalística, sobre a indicação do diretor geral da Instrução Pública, o senhor Victor Ferreira do Amaral e Silva, a Marcenaria Lubrano foi responsável pela confecção da carteira que faria parte do conjunto de móveis pertencentes ao Ginásio Paranaense. É interessante notar que as referências da fabricação não se detêm na fronteira paranaense, uma vez que a carteira confeccionada por Lubrano teve como amostra o móvel trazido da escola modelo do estado de São Paulo pelo diretor (A EXPOSIÇÃO, 1904).

No mesmo ano e no mesmo veículo de comunicação, três meses depois, foram publicados outros indícios sobre o processo de suprimento material do Ginásio Paranaense. No dia 12 de maio, sob o título de “Expedientes”, por ordem de Victor Ferreira do Amaral e Silva, foram designados dois peritos para a avaliação da mobília escolar destinada ao Ginásio Paranaense, fabricada pelo marceneiro Pedro Rispoli (PARANÁ, 1904, p. 1). Como bem afirmou Carlo Ginzburg (1991, p. 174): “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome”. Assim, pelo método onomástico, identificamos três nomes atrelados ao processo de provimento da carteira escolar do Ginásio Paranaense: Pedro Rispoli e Affonso Lubrano, os responsáveis pela fabricação; e Victor Ferreira do Amaral e Silva, diretor geral da Instrução Pública, interessado não só em comprar a melhor mobília, mas também em oferecer referências de qualidade ao processo de confecção.

4- Neste estudo, a grafia das fontes foi mantida no original.

Desta maneira, caro leitor, fazemos-lhe o convite para, pelo *fio do nome*, encontrarmos os rastros deixados por esses sujeitos para compreender a sua relação com a instalação material do Ginásio Paranaense.

Nos rastros de Pedro Rispoli e Afonso Lubrano

A passagem de tantos homens entre os continentes tece laços tanto quanto oferece uma fonte contínua de informações e de conhecimentos.

Serge Gruzinski

Era o ano de 1895 quando o italiano Pedro Rispoli embarcou no Vapor Satellite para atravessar o Oceano Atlântico com destino ao Brasil. Seu desembarque foi no Rio de Janeiro; porém, seria em território paranaense sua morada, instalando-se em uma hospedaria de Curitiba (CÓDICE..., 1891, 1894, 1895). Três anos depois, os dados civis de Rispoli são mencionados no jornal *A República*: 24 anos, filho de Ângelo Rispoli, casado, artista e morador da Rua Riachuelo (ALISTAMENTO, 1898). Quanto a Afonso Lubrano, não conseguimos registros sobre sua chegada ao Brasil; o que foi possível encontrar está atrelado aos rastros deixados por Rispoli. Deste modo, Lubrano aparece como um concorrente forte no ramo da marcenaria e, nos anúncios jornalísticos, ambos aparecem com propostas e empreendimentos muito próximos.

Como bem sustentou Michel de Certeau (2015), o gesto do historiador é aquele que liga as ideias aos lugares. Por essa razão, optamos por alternar a escala de observação da trajetória desses sujeitos para entender o painel factual que antecede sua chegada ao Brasil. Na virada do século XIX para o XX, mais de 70 milhões de europeus atravessaram os mares em busca de melhores condições de trabalho. Segundo Sérgio Odilon Nadalin (2017, p. 62), nesse período, na Europa, havia um quadro de superlotação e precarização dos serviços agravado pela Revolução Industrial; com isso, diversas pessoas “emigravam para trabalhar, lavrar, plantar e criar; para construir algo seu”.

Elaine Maschio (2012) explica que a circulação de folhetos propagandísticos entre o Brasil e a Europa foi uma estratégia das agências comerciais para convencer estrangeiros das vantagens de emigrar para o Brasil. Contratos e acordos também eram estabelecidos por meio do estado provincial. Dessa maneira,

[...] os agenciadores faziam a propaganda, recrutavam os colonos, preparavam os lotes, responsabilizavam-se pelo transporte, instalação dos colonos e a administração da colônia. A parte do governo era a definição do perfil dos colonos e o pagamento dos custos totais desse processo, de modo geral, estipulados pelos próprios agenciadores. A imigração era um negócio que gerava lucros significativos aos empresários do ramo. (MASCHIO, 2012, p. 49).

Em relatório escrito à Assembleia Legislativa, em 1876, o presidente da província, Adolpho Lamenha Lins, manifesta algumas declarações sobre o processo de colonização no Paraná. Para ele, a província paranaense era a mais apropriada dentro do império “para receber em seu seio imigrantes de todos os países, *colonos laboriosos* que procuram novo

lar e uma pátria onde encontrem o seu bem estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos” (LINS, 1876, p. 77, grifo nosso). A palavra *laborioso*, associada ao deslocamento e ocupação estrangeira nas terras paranaenses, não é empregada retoricamente: nela, constam indícios das expectativas da chegada do imigrante e também do quadro econômico em que o Império se encontrava. Para Lins (1876, p. 78), “a falta de braços é um facto econômico que teve origem na cessação dos tratados do commercio com a Inglaterra”. Com as leis abolicionistas – primeiro, a *Lei Euzébio de Queiróz* e, posteriormente, a *Lei do Ventre Livre* –, os representantes políticos tiveram que encontrar alternativas para substituir a mão de obra escrava, criando estratégias

[...] que convidassem a corrente da imigração estrangeira e desde a 18 de setembro de 1850, chamada Lei das terras, tornou-se o governo imperial o tutor imediato do imigrante, provendo o seu bem estar desde seu transporte do paiz de onde procede, até o seu definitivo estabelecimento no logar que a que é destinado. (LINS, 1876, p. 78).

Segundo Rafaela Mascarenhas Rocha (2015), pode-se observar a diferença nas motivações imigratórias entre São Paulo e Paraná. No primeiro, a autora relata que a mão de obra imigrante foi utilizada “para substituir a mão de obra escrava nas lavouras latifundiárias de café, em um sistema que inicialmente foi chamado de ‘parceria’. Enquanto que, no Paraná, a iniciativa estava voltada ao desenvolvimento da agricultura familiar” (ROCHA, 2015, p. 56). Esta situação aconteceu justamente porque a produção alimentícia em Curitiba não tinha a mesma força que a economia ervateira. Por essa razão, foram instaladas colônias agrícolas em torno da capital, as quais ficaram conhecidas como o “cinturão verde” da cidade. Na rotina diária desses imigrantes, estava a ida para a capital com “suas carroças abarrotadas de lenha, cereais como feijão e milho, legumes e verduras frescas; seguiam o trajeto dos bairros Campina do Siqueira, Mercês e Alto do São Francisco até o centro da cidade” (MARANHÃO, 2014, p. 53).

Maschio (2004, p. 3) aponta que a maior leva de imigrantes italianos chegou no Paraná entre os anos de 1875 e 1878, contabilizando um total de 4.350 imigrantes, mediante um “contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa e o empresário Sabino Tripodi”. Junto a isso, no período entre 1870 e 1890, aconteceu o maior trânsito de imigrantes para a província, compondo mais de vinte colônias ocupadas por famílias italianas e de outras etnias. A autora ainda ressalta que “entre os anos de 1829 a 1934 o Paraná recebeu 47.731 poloneses, 19.272 ucranios, 13.319 alemães e 8.798 italianos” (MASCHIO, 2012, p. 48), sendo o fluxo italiano o quarto maior contingente na proporção de imigrantes que vieram para o estado.

Ainda que o Paraná tivesse uma produção substancial no gênero agrícola, como o plantio da erva-mate e o cultivo de subsistências, alguns imigrantes italianos vieram com outros propósitos para a terra paranaense, pois, como afirma Maschio (2012, p. 19), houve “famílias e indivíduos que se instalaram no centro de Curitiba e ali desenvolveram o comércio, exercendo profissões liberais ou dedicando-se ao trabalho operariado”. A exemplo, temos os imigrantes de experiência urbana objetos deste estudo: Pedro Rispoli e

Affonso Lubrano – sujeitos que fizeram parte do rol de estrangeiros que se dedicaram ao comércio e à indústria, atuando como proprietários de diferentes estabelecimentos.

Paul Ricouer (2018, p. 222) explica que a mudança de escala não disponibiliza “as mesmas coisas maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos, [...] vemos coisas diferentes”; por essa razão, a escala a partir daqui retoma a consulta empírica que versa sobre algumas ações de Pedro Rispoli e Affonso Lubrano na capital paranaense. A autoridade financeira e o circuito comercial destes dois sujeitos são revelados pela gama de investimentos de que eram donos, bem como pela “rede de cumplicidade” que mobilizaram (GRUZINSKI, 2014, p. 77).

Nomeado como “O Mobiliário Artístico”, o estabelecimento de Pedro Rispoli estava localizado na Rua Aquidabam (atual Rua Emiliano Pernetá), na cidade de Curitiba. No cartaz jornalístico de divulgação da fábrica, consta que o proprietário introduziu “grandes reformas e melhoramento em seu ramo de indústria [e] acha-se em condições de executar todo e qualquer estylo de moveis e por preços incontestavelmente os mais módicos possíveis” (AO MOBILIARIO, 1906, p. 3). A fábrica também guardava, em estoque, móveis de pinho e imbuia, além de aceitar encomendas de torneagem, entalho, empalhação, estofação, colchoaria e consertos de instrumentos musicais. Como *slogan* do seu estabelecimento, o proprietário anunciava: “barato para vender muito”, como pode ser verificado na Figura 1.

Figura 1 – Cartaz da fábrica a vapor de Pedro Rispoli em 1906

Ao Mobiliario ARTISTICO

—FABRICA A VAPOR—

6 - Rua Aquidaban - 6 Telephone 165

O proprietario deste estabelecimento tendo introduzido grandes reformas e melhoramentos em seu ramo de industria, chama a atenção do respeitavel publico e sua numerosa freguezia que acha-se em condições de executar todo e qualquer estylo de moveis e por preços incontestavelmente os mais modicos possiveis. Pois, para norma da casa adoptou como divisa

Barato para vender muito

Indubitavelmente sem competidor l...Ha sempre em deposito grande stock de moveis em pinho e imbuia. Aceita-se encommendas de torneagem, entalho, empalhação, estofação e colchoaria. Concerta-se com perfeição instrumentos musicaes de cordas.

Nota importantissima—As compras que excederem de 100\$0000 serão presenteadas com um objecto a gosto do comprador ! VER PARA CRER !!

TODOS POIS, O MOBILIARIO ARTISTICO !

PROPRIETARIO *Pedro Rispoli*

Fonte: “Ao mobiliário artístico” (1906, p. 3).

A Marcenaria Lubrano, do proprietário Affonso Lubrano, também foi anunciada no jornal *A Notícia*, no dia 10 de maio de 1906. Com endereço novo, na Rua da Liberdade, nº 27 (atual Rua Barão do Rio Branco), a fábrica a vapor foi instalada com “capricho” possuindo uma “exposição permanente de móveis, onde podem as pessoas [...] encontrar moveis a seu gosto” (MARCENARIA, 1906, p. 4). Móveis para sala de jantar, quarto de dormir, *boudoirs* e escritório e escrivaninhas faziam parte do conjunto dos móveis que a fábrica confeccionava, além de empregar na fabricação “as melhores madeiras do Paraná, como sejam: imbuia, carvalho, cedro, pinho, etc., etc.” (MARCENARIA, 1906, p. 4).

Outros rastros deixados por estes sujeitos no circuito comercial são possíveis de se captar nas páginas dos jornais: Pedro Rispoli, além da sua fábrica a vapor, possuía um club de móveis (CLUB..., 1904), uma cooperativa de prédios (COOPERATIVA..., 1908) e exercia atividade na fabricação de carros e na confecção de móveis de luxo (DIÁRIO DA TARDE, 1907). Affonso Lubrano não destoava muito das atividades de Rispoli: além de também confeccionar móveis de luxo, possuía uma cooperativa de móveis (GRANDE..., 1908) e uma cooperativa de carros, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 – Cartaz da cooperativa de carros Affonso Lubrano em 1907

ATENÇÃO - O abaixo assignado, tendo installado uma grande fabrica de carros a RUA DA LIBERDADE n. 65 (em frente ao Palacio), convida ao respeitavel publico para visital-a ; e, outrosim, compromette-se a fabricar por preço modico e no prazo combinado, qualquer trabalho pertencente a este ramo como sejam : landau, meia caleça, phaeton, victoria, aranha, carro americano etc. etc. Incumbe-se igualmente de concertos e pinturas de qualquer especie de vehiculo. 5-3

TRABALHO GARANTIDO
Rue da Liberdade n. 65

Affonso Lubrano

COOPERATIVA DE CARROS

Fonte: “Cooperativa de carros” (1907, p. 3).

Por meio do volume de empreendimentos citados, é possível observar que estes senhores ocupavam um lugar de prestígio no tecido social. Detentores de um capital considerável, estes empreendedores conseguiam pleitear editais diversos e, assim, manter-se em mais de uma frente na disputa comercial do Paraná. Entre os nichos de atuação, a escola seria um

campo propício para o ramo moveleiro. Com mão de obra especializada e a tecnologia de fábrica, tanto Rispoli como Lubrano venceram vários editais de suprimento mobiliário da Instrução Pública paranaense (GARCIA, 2020). O que os editais e as notícias de jornais não revelam é a conexão extracomercial desses sujeitos com a figura do diretor da Instrução Pública paranaense. Antes de respondermos a esta questão, é importante entender a própria atuação de Victor Ferreira do Amaral e Silva no contexto social paranaense.

Enquanto médico, ele ocupava não só o poder de dissertar sobre o objeto da medicina, mas, também, a autoridade de tecer considerações sobre os aspectos pedagógicos e materiais da escola. O debate entre médicos e bacharéis sobre a instalação do cenário escolar era recorrente na virada do século XIX para o XX. Era comum que profissionais desta área ocupassem cargos de inspeção e direção na Instrução Pública: não foi diferente com Victor Ferreira do Amaral e Silva, nomeado pelo governador Francisco Xavier da Silva, em 22 de outubro de 1900, para exercer o cargo de diretor geral da Instrução Pública paranaense (SOUZA, G., 2004). No período em que ocupou o cargo (1900-1904), o então Diretor escreveu relatórios expressando a preocupação que sentia com a materialidade escolar, e, em viagens a São Paulo, sob comissão governamental, visitou alguns estabelecimentos de ensino, os quais apresentaram, a seu ver, “uma organização modelo, mesmo luxuosa, que não se arreceia do confronto dos países mais civilizados” (SILVA, 1904, p. 6).

É importante considerar que as questões de higiene e o apreço por uma arquitetura e uma pedagogia moderna já faziam parte de um debate que perpassava o século XIX. Todavia, as escolas criadas no estado de São Paulo (principalmente os grupos escolares) entrariam para o imaginário da sociedade como signos da modernidade anunciados pelo regime republicano (SOUZA, R. F., 1998). Para Marta Carvalho (2003), a escola paulista

[...] é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação. O investimento é bem-sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar em duplo sentido: na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados. (CARVALHO, 2003, p. 225).

A afirmação de Jacques Le Goff (2003, p. 175), de que “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”, auxilia na interpretação desse acontecimento histórico. Diante disso, percebemos um movimento constante, tanto na retórica jornalística, como nos relatórios dos representantes governamentais, de estabelecer no regime republicano uma nova ordem redentora, enquanto ao regime monárquico se atribuía um contexto precário que só a República poderia mudar. No entanto, sabemos que a força desse acontecimento esteve relacionada a uma estratégia retórica: por mais que a República anunciasse sua preocupação com o cenário escolar, não houve nenhuma mudança significativa nas primeiras décadas do regime (SOUZA, G., 2004; BENCOSTTA, 2001).

Em jornal de procedência maçônica, Victor Ferreira do Amaral e Silva foi saudado, em 1901, como uma autoridade educacional que lutava pela causa cívica:

A Maçonaria também, factor inestimável de Liberdade e Civismo, ha mais de anno, sob os auspícios do Venerável da Loja Fraternidade Paranaense, iniciou na Eschola José Carvalho serie eloquente de palestras cívicas. [...] *O illustre Director da Instrucção Publica veio de as sancionar luminosamente, emprestando-lhes cunho official. Digno de louvores!* (MOZAICO, 1901, p. 62, grifo nosso).

A Escola José Carvalho, mencionada pelo jornal, foi criada pela loja maçônica Fraternidade Paranaense⁵. Segundo a coletânea de documentos contidos no Museu Maçônico Paranaense, Victor Ferreira do Amaral e Silva estava filiado a essa loja. Coincidentemente, entre seus frequentadores estavam também Affonso Lubrano e Pedro Rispoli. Todavia, estes sujeitos eram filiados a outra loja maçônica: a Unione e Fratellanza⁶ – destacamos que, nesta loja, os encontros e os registros documentais eram feitos na língua italiana. Mas o que queremos ressaltar, dos rastros deixados por estes sujeitos, é a afinidade de concepções partilhadas por um contexto político.

No Brasil, segundo Giana Lange do Amaral (2017, p. 58),

[...] todo o processo de Proclamação da República resultou também do trabalho de políticos ligados à Maçonaria. Isto se torna evidente quando se constata que: o Manifesto Republicano de 1870 foi redigido pelo Grão-Mestre Saldanha Marinho, recebendo assinaturas de grande número de maçons; o “Clube Republicano” era presidido pelo maçom Quintino Bocaiúva; eram maçons os componentes do primeiro Governo Provisório.

De fato, como representante do governo republicano, por muitas vezes, Victor Ferreira do Amaral e Silva redigiu em seus relatórios a preocupação que tinha em estabelecer na instrução pública os princípios da laicidade e da educação cívica. Uma das constantes agitações no exercício de seu cargo foi o “estabelecimento do ensino cívico nas escolas. Uma vez que, *ex vi* de nossa constituição política, o ensino tornou-se leigo, pela exclusão do ensino religioso, afigurou-se-me de ineluctável importância a instrução cívica” (SILVA, 1904, p. 14). Além do ensino cívico no calendário de festa nacional, Victor Ferreira do Amaral e Silva instituiu as conferências de ensino cívico realizadas em lugares públicos e pronunciadas por lentes do Ginásio Paranaense.

Seguindo esta perspectiva, percebemos que os valores que rondam os preceitos republicanos também alçam a filosofia maçônica. Por isso, não nos parece obra do acaso que Affonso Lubrano e Pedro Rispoli prestaram serviços, sob a recomendação de Victor Ferreira do Amaral e Silva, às principais instituições do regime republicano, como os Grupos Escolares, o Jardim de Infância, a Escola Normal e o próprio Ginásio Paranaense (GARCIA, 2020). Por essa razão a Maçonaria é aqui considerada como

5- Conforme a Ata de Fundação, a Loja Fraternidade Paranaense foi fundada no mês de abril de 1897. Entre seus frequentadores estavam Affonso Lubrano, Pedro Rispoli e Victor Ferreira do Amaral (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, [2022a]).

6- Segundo o Museu Maçônico Paranaense, a Loja Unione e Fratellanza foi “fundada em 05/04/1902 e seu pedido de filiação e regularização junto ao G.O.B. foi aprovado dia 02/06/1902 (Bol. G.O.B. – 1902, pág. 208). Carta Constitutiva emitida em 02/06/1902 (arquivada na Loja Dario Vellozo nº 1.213) e regularizada em 26 de julho de 1902 (Livro Atas da Loja Luz Invisível nº 0.749 pág. 3 vs)”. Dentre os fundadores desta loja estava Affonso Lubrano (MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE, [2022b]).

[...] um *locus* potencial e agregador, como um espaço de sociabilidade, de intelectuais que fundamentam ideias que se consolidam no processo de implantação da República. Os maçons, que no seu espaço coletivo, as lojas maçônicas, compartilhavam aspectos do ideário liberal e positivista, buscaram uma nova sociedade baseada na ordem e no progresso. (AMARAL, 2017, p. 58).

Deste modo, consideramos que os lugares de atuação desses sujeitos revelam uma “rede de cumplicidade” (GRUZINSKI, 2014, p. 77) que deu tanto a Pedro Rispoli como a Affonso Lubrano a oportunidade de satisfazerem as demandas materiais da escola republicana, além de lhes beneficiarem no circuito comercial. Portanto, construída a trama que conecta esses sujeitos, ainda nos resta conhecer outros sistemas de referências que estiveram presentes na confecção do mobiliário do Ginásio Paranaense.

A transnacionalização dos artefatos escolares: a instalação do novo Ginásio Paranaense e seus ambientes especializados

Antes mesmo que o Paraná saísse da tutela de São Paulo, a antiga Comarca de Curitiba havia inaugurado, em 1846, a instituição destinada a abrigar a instrução pública secundária: o “Licêo de Curitiba” (ZACHARIAS, 2013a, p. 21). Mariana Zacharias (2013a) pontua que a história do ensino secundário no Paraná é marcada por uma condição instável na oferta de suas cadeiras, no sentido de serem extintas e recriadas diversas vezes. Segundo a autora, a extinção definitiva do liceu aconteceu em 1874; todavia, em 1876, foi criado um instituto de preparatórios, que ficou conhecido como “Instituto Paranaense”. No mesmo edifício, fora anexada a Escola Normal, instituição responsável pela formação dos professores primários. Já em 1892, o instituto passou a se chamar Ginásio Paranaense. No mesmo espaço, estavam acomodados também a Biblioteca da Capital e a Direção Geral da Instrução Pública.

Antes de adentrarmos nos processos de instalação material da educação secundária no Ginásio Paranaense, é preciso alternar novamente a escala de observação para entender a paisagem histórica que antecede o ensino secundário no Paraná. Segundo Clarice Nunes (2000, p. 36), o “nascimento dessa forma escolar, o colégio, traz como marca o prestígio da universidade”; no entanto, a autora evidencia que os colégios brasileiros não nasceram diretamente dessa relação, mas, sim, “da política de separação instaurada pela ordem jesuítica entre o ensino de humanidades destinado aos filhos dos colonos mais abastados e o ensino destinado aos indígenas” pertinente aos princípios catequéticos (p. 38).

Ainda de acordo com Nunes (2000), a educação primária teria como fundamento o emprego de princípios civilizatórios, no sentido de construir os pilares de governabilidade sob a nação. Já a instrução secundária seria responsável pela formação da “elite ilustre e ilustrada, inserida mais plenamente nos atributos de liberdade e propriedade, portadora de privilégios do pequeno círculo que participava do poder de Estado, tanto no nível local, quanto no nível mais amplo do Império” (NUNES, 2000, p. 39). Desse modo, destinado à formação de jovens ilustres, o ensino secundário fornecia uma

[...] sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, portadores de concepções que seriam infundidas no povo. (NUNES, 2000, p. 40).

Publicado no jornal *A República*, o Regulamento do Ginásio Paranaense já previa, no seu primeiro artigo, a quem se destinaria o curso secundário e qual seria sua finalidade: à mocidade paranaense para a habilitação da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior da República e para o conhecimento dos “elementos fundamentaes da sciencia geral”. E, ainda, o “dito curso terá a denominação de Gymnázio Paranaense e a ele será anexado a Escola Normal destinada ao preparo do pessoal docente das escolas primárias do Estado” (PARANÁ, 1892, p. 2).

É importante sinalizar que, com a reforma de Benjamim Constant, em 1890, foi estabelecida a uniformização do ensino secundário à principal instituição federal: o Ginásio Nacional, localizado no Rio de Janeiro. Com isso, “a equiparação tinha por objetivo a unidade do ensino secundário em nível nacional, trazendo consigo medidas fiscalizadoras, mas não eliminando os exames parcelados de preparatórios” (ZACHARIAS, 2013a, p. 37).

Embora a questão da equiparação tentasse promover uma unidade nacional sobre o que era ensinado, a iniciativa acabou se tornando um grande desafio às cidades e estados brasileiros. O mesmo ocorreu com o estado do Paraná, uma vez que as disciplinas de física, química e história natural demandavam a instalação de espaços com caráter experimental, o que exigia mobílias e tecnologias apropriadas ao ensino.

Na redação sobre o ensino secundário, relatório de 1903, Victor Ferreira do Amaral e Silva informa que, para cumprir a modelação ao Ginásio Nacional, necessitava-se de “alguns melhoramentos, cujo principal é a criação de um gabinete de História Natural e um Laboratório de Physica e Chimica” (SILVA, 1904, p. 15). Para ele, a instalação de equipamentos especializados aprimoraria de forma substancial o ensino, uma vez que “o estudo puramente theórico é quase completamente improficulo” (p. 15).

Sobre estas questões, o diretor não deixa de anunciar com entusiasmo a “pedra fundamental lançada”: o novo edifício em construção para abrigar o Ginásio Paranaense. Sobre as condições de higiene e aspirando a uma arquitetura considerada moderna, o novo ginásio foi inaugurado em fevereiro de 1904. Todavia, dez meses depois, o novo diretor geral da Instrução Pública, Reinaldo Machado, afirma em relatório que o ensino secundário ainda não havia alcançado a equiparação ao Ginásio Nacional, e uma medida que o Governo deveria tomar, o mais breve possível, seria “a aquisição de Laboratório de Physica e Chimica e Gabinete de História Natural, que têm feito sensível falta para o ensino prático dessas sciencias, não só aos alumnos do Gymnázio, como aos da Escola Normal” (MACHADO, 1904, p. 23).

Constatamos, por meio de ofícios e contratos localizados no Arquivo Público do Paraná, que, mesmo o prédio tendo sido inaugurado em 1904, somente no ano de 1906 o Governo conseguiria reunir esforços para prover o edifício com os móveis necessários aos gabinetes de química e física e de história natural (CERQUEIRA, 1906).

Em 16 de maio de 1906, o bacharel Arthur Pedreira Cerqueira, diretor geral da Instrução Pública, foi autorizado pelo governo a firmar contrato com Pedro Rispoli para a confecção de móveis necessários ao edifício do Ginásio Paranaense, bem como da Escola Normal. No contrato, define-se que o prazo de feitura pelo fornecedor deveria cumprir 60 dias, podendo ser prorrogado. Também encontramos a relação dos móveis que deveriam ser confeccionados:

250 carteiras de pinho, imitando imbuia envernizadas a boneca, com 1,15 de comprimento, 0,80 de altura *conforme o modelo da fig. 11 do Catalogo da Casa “Les Fils d’Emile Deyrolles”, 13 cadeiras de braço de imbuia entalhados e empalhadas, sendo uma maior e mais alta para a meza da Congregação [...] 24 cadeiras simples de imbuia entalhadas e empalhadas conforme modelo escolhido. 1 lavatório de pinho imitando imbuia com pedra mármore e com espelho [...] 14 bancos com armação de ferro para o recreio dos alunos com assento de madeira. 2 mezas pequenas torneadas e envernizadas. 1 estrado para a meza da Congregação pintado com 5 m de comprimento por 3,30 de largura. 4 quadros negros com cavallates tento este 2,40 de altura e aquelles de 1,60 de comprimento e 1,10 de largura. 24 pranchetas para desenho pintadas de preto com 0,50 X 0,60 tudo por 2 quadros com vidro para horário (grátis). (CERQUEIRA, 1906, p. 56-57, grifo nosso).*

O contratante anuncia que as carteiras devem estar de acordo com os móveis do Catálogo da Casa *Les Fils d’Emile Deyrolles* conforme o modelo da figura numero 11. Não conseguimos, por ora, localizar o catálogo referido, mas suspeitamos que tenha sido Victor Ferreira do Amaral e Silva o mediador na circulação do artefato, posto que escreve em seu relatório de 1903 que “por meio de catálogos impressos de importantes casas comerciais da Europa, pôde o governo encomendar o material para os laboratórios em boas condições” (SILVA, 1904, p. 16).

Esta situação, de reprodução do artefato por um marceneiro local por meio do acesso a catálogos ou mesmo de descrições minuciosas pelos contratantes, é discutida por Wiara Alcântara (2016) em estudo sobre a transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. Segundo a autora, nesse período, muitas empresas firmaram patentes para proteger a produção intelectual que existia na confecção dos objetos, como já era descrito – nos próprios catálogos –, com a penalização sobre aqueles que reproduzissem o artefato exposto (ALCÂNTARA, 2016).

Parece-nos que, mesmo sabendo dos riscos, os representantes educacionais do estado do Paraná não hesitaram em tomar os catálogos da Casa Émile Deyrolle como referência às confecções encomendadas aos marceneiros e fábricas locais. Ademais, Victor Ferreira do Amaral e Silva circulou por São Paulo, conhecendo seus principais centros educacionais, que também mantinham relações comerciais com a Maison Deyrolle. Segundo Diana Vidal (2017) e Wiara Alcântara (2018), foi recorrente no final do século XIX, com o crescimento das práticas experimentalistas, a compra de produtos da Maison Deyrolle do sul ao norte do império brasileiro. Criada em 1831 por Jean-Baptiste Deyrolle, a Casa Émile Deyrolle prestava serviços relacionados às coleções de história natural, “além

de equipamentos científicos, peças de taxidermia e osteologia, móveis escolares e painéis de parede”⁷ (NAISSANCE, 2008, tradução nossa).

No Brasil, o consumo desses objetos para o ambiente de ensino corresponde a um novo modelo pedagógico: o método de ensino intuitivo ou lições de coisas. Segundo Alcântara (2018, p. 345),

O método intuitivo generalizou-se, na segunda metade do século XIX, nos países da Europa e das Américas, em contraposição ao ensino livresco, como um método indispensável à renovação do ensino. Na transição do século XIX ao XX, com o método intuitivo, o mundo dos artefatos invadiu as escolas. Nesse período, surgem novos tipos de espaços científicos [...] o Gabinete de Física, o Laboratório de Química, o Observatório Astronômico, o Dispensário Farmacêutico, o Teatro Anatômico, o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico. Estes novos espaços de aprendizagem emergem na escola em um contexto cultural de valorização da produção de conhecimento e do aprendizado baseados na observação, na experiência, na demonstração física das coisas e dos fenômenos palpáveis.

Como é possível observar nos relatos dos representantes governamentais, não foi diferente com o estado do Paraná: todo investimento em um ambiente moderno de ensino, principalmente com o Ginásio Paranaense (equiparado ao Ginásio Nacional), tinha, em suas prerrogativas o distanciamento de um ensino “puramente teórico” e mais experimental.

A Figura 3 corresponde a uma sala de aula do Ginásio Paranaense de 1904. Ao centro, e em destaque, consta um manequim da anatomia do corpo humano importado da Casa Émile Deyrolle.

Figura 3 – Interior de uma sala de aula do ginásio paranaense – 1904



Interior de uma sala de aula do Gymnásio Paranaense - 1904.

Fonte: Fotos digitalizadas do acervo do Colégio Estadual do Paraná (1904).

7- No original: “La vocation de l’enseigne y reste avant tout pédagogique. Outre le matériel scientifique, les pièces de taxidermie et d’ostéologie, le mobilier scolaire et les planches murales fournis à toutes les écoles et universités de France, beaucoup d’ouvrages spécialisés sont publiés par Deyrolle”.

Outro ponto a se destacar desta imagem é o de que ela faz alusão à discussão que inaugurou este artigo: a confecção de móveis, pela Marcenaria Lubrano, para o Ginásio Paranaense, em 1904. Pelas datas coincidentes, sugerimos que os móveis constantes na fotografia podem ter sido confeccionados por Afonso Lubrano, sob a supervisão de Victor Ferreira do Amaral e Silva.

Em relação a Pedro Rispoli, sabemos que, além do contrato que firmou em 1906, recebeu a quantia de 240\$000 no ano de 1909, “proveniente da confecção de moveis para os gabinetes de Physica e Chimica do Gymnasio Paranaense” (PARANÁ, 1909, p. 1). A Figura 4 corresponde a esses ambientes de ensino; no entanto, essa fonte documental está guardada em álbum fotográfico denominado “Antigo Ginásio”, e com data atribuída a 1941. Podemos intuir que parte da mobília constante no espaço pode ainda se referir aos móveis confeccionados por Pedro Rispoli.

Figura 4 – Interior de uma sala do antigo Ginásio Paranaense



Fonte: Álbum fotográfico “Antigo Ginásio”, datado de 1941.

Pelas características do entalhamento e pela robustez da madeira, com as prateleiras aparentando ser de imbuia, intuimos que foram esses os armários confeccionados por Pedro Rispoli em 1909. Além disso, outros objetos, como os animais e esqueletos em vitrines, característicos da Casa Émile Deyrolle, fazem-nos supor que esta sala se destinava aos estudos das ciências naturais, um local reservado às experiências e ao ensino intuitivo.

Deste modo, na caixa de ferramentas de que se serve o historiador para compreender as produções do passado (GRUZINSKI, 2014), fica claro que a instalação do Ginásio Paranaense compõe um arranjo complexo e internacional, evidenciado em sua materialidade. Os móveis e objetos escolares aqui expostos revelam fragmentos de culturas em contato. Dos fabricantes italianos aos objetos franceses, podemos observar uma “história transfronteiriça”, nos termos de Lawn e Rabelo (2014). Os atores dessa trama traduziram ideias que tiveram contato em escalas variadas, como as circulações e traduções realizadas por Victor Ferreira do Amaral e Silva em visita a São Paulo (com as carteiras escolares), o contato com o Rio de Janeiro (por meio da equiparação com o Ginásio Nacional), as apropriações de referência francesa (com os catálogos da Casa Deyrolle) e a relação com a própria Itália (a partir dos fabricantes Pedro Rispoli e Affonso Lubrano).

Apontamentos finais

As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.
Carlo Ginzburg

Quem diria que sujeitos vindos da Itália fabricariam móveis no Brasil, sob aspirações locais e globais? Rastrear os circuitos descritos, neste artigo, levou-nos a compreender os sistemas de referências implícitos no processo de confecção mobiliária do Paraná. Na esteira de Carlo Ginzburg (1991, p. 175), diríamos que, mais do que a visualização em painel dos indivíduos, o rastreamento “desta teia de malha fina” permitiu observar a existência de ações híbridas, materializadas nos artefatos escolares.

De acordo com Cynthia Greive Veiga (2018), a partir do consumo que a escola estabelece para satisfazer suas necessidades, é possível identificar uma economia escolar. Aqui amparada em Polanyi (2012) e refutando a concepção formal da economia como a entrada do mercado para satisfazer a uma escassez, a autora parte de um conceito mais abrangente, interpretando a economia como “os processos de interação humana com seu meio natural e social, para produzir o que é preciso para viver” (VEIGA, 2018, p. 32). Deste modo, olhando para o nosso objeto – o Ginásio Paranaense –, podemos constatar como se deram os processos de interação entre os representantes governamentais e fabricantes para suprir o ensino secundário com ambientes especializados.

Por essa razão, evidenciamos que, a partir dos objetos consumidos pelo Ginásio Paranaense, foi possível identificar quais as necessidades que deveriam ser satisfeitas. Como vimos no relatório de Victor Ferreira do Amaral e Silva, o critério empregado para a equiparação do Ginásio Paranaense ao Ginásio Nacional era a instalação do laboratório de química e física, além da instalação de uma sala de história natural. Estas exigências revelam um período em que o conhecimento livresco não estava mais em voga: era necessário adentrar o campo da observação, das ciências empíricas, traduzidas pelo ensino intuitivo.

Assim, o circuito desses arranjos revelou uma economia transnacional, abastecida não somente por referenciais nacionais, mas por sujeitos e saberes em circulação internacional.

Roldán Vera e Fuchs (2019) afirmam que a abordagem da história transnacional pode ser compreendida como uma história que atravessa fronteiras; sob essa perspectiva, foi possível observar que a composição material do Ginásio Paranaense revelou aspectos que transcendem sua configuração nacional, instituindo um processo de suprimento mais complexo, com escalas que variaram entre o consumo regional e intercontinental.

Referências

A EXPOSIÇÃO. **A República**, Curitiba, ano 19, n. 28, p. 2, 4 fev. 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=15299>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 115-159, 2016.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Cultura material e história do ensino de ciências em São Paulo: uma perspectiva econômico administrativa. **Rivista di Storia Dell'Educazione**, Firenze, v. 5, n. 1, p. 343-361, 2018.

ALISTAMENTO eleitoral. **A República**, Curitiba, ano 13, n. 183, p. 2, 23 ago. 1898. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=8921>. Acesso em: 7 jul. 2022.

AMARAL, Giana Lange do. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 56-71, 2017.

AO MOBILIÁRIO artístico. **A Notícia**, Curitiba, ano 2, n. 157, p. 3, 10 maio 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/187666/636>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p. 103-141, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 519-550.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. **Contrato assinado com Pedro Rispoli**. Curitiba: Departamento do Arquivo Público Paranaense, 1906. AP. 1249, p. 56-57.

CERQUEIRA, Arthur Pedreira de. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Bento José Lamenha Lins DD. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira Director Geral da Instrução Publica em 31 de dezembro de 1907. *In*: LINS, Bento José Lamenha. **Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice Presidente do Estado do Paraná, pelo bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica**. Curitiba: Typ. d'A República, 1908. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/ano_1907_mfn_722.pdf. Acesso em: 8 jul. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Revisão Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CLUB de moveis. **Diário da Tarde**, Curitiba, ano 6, p. 2, 24 abr. 1904.

CÓDICE 818: Registro de chegada de imigrantes ao Paraná – 1891-1895. Curitiba: Departamento do Arquivo Público Paranaense, 1891.

CÓDICE 821: Registro de chegada de imigrantes ao Paraná – 1895-1896. Curitiba: Departamento do Arquivo Público Paranaense, 1895.

CÓDICE 454: Relação de imigrantes que entraram na Hospedaria de Curitiba – 1894-1896. Curitiba: Departamento do Arquivo Público Paranaense, 1894.

COOPERATIVA de carros. **O Olho da Rua**, Curitiba, ano 1, n. 2, p. 5, 7 set. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=240818&pesq=&pagfis=297>. Acesso em: 8 jul. 2022.

COOPERATIVA de prédios. **A República**, Curitiba, ano 23, n. 19, 23 jan. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/20291>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DIARIO DA TARDE. Curitiba: Celestino Junior, ano. 10, n. 2485, 24 abr. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/9245>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiências, memórias e arqueologia. Tradução e revisão técnica Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea, 2017.

GARCIA, Gecia Aline. **Itinerário moveleiro**: o provimento material escolar para a instrução primária paranaense – anos finais do século XIX e início do século XX. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 169-178.

GRANDE cooperativa de móveis. **A República**, Curitiba, ano 23, n. 31, p. 2, 6 fev. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/20338>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-195, 2001.

LAWN, Martin; RABELO, Rafaela Silva. Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 14, n. 1[34], p. 127-144, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LINS, Adolpho Lamemha. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Província o Excelentíssimo Senhor Doutor Adolpho Lamemha Lins**. Província do Paraná: Typ. da Viúva Lopes, 1876. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/relatorio_1876_presidente_adolpho_lamemha_lins_1.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

MACHADO, Reinaldo. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior, Justiça e Instrução Publica pelo Dr. Reinaldo Machado Director Geral Internio da Instrução Publica do Estado em 31 de dezembro de 1904. *In*: LINS, Bento José Lamemha. **Relatorio da Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica e anexos**. Curitiba: Typ e lith. Impressora Paranaense, 1905. p. 45-69. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/ano1904mfn699.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. **Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014. (Teses do Museu Paranaense, v. 6).

MARCENARIA Lubrano. **A Notícia**, Curitiba, ano 2, n. 157, p. 4, 10 maio 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187666&pesq=&pagfis=634>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875-1930)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Imigração italiana e escolarização: da Colônia Alfredo Chaves ao município de Colombo (1882-1917). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** [S. l.]: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YKW2sIVkDWtH4Zm1d9Ac1Bnitbv3ZjRF/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jul. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MOZAICO do Ensino Civico. **Esphyngue**, Curitiba, ano 3, n. 4, p. 62, set. 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=372811&pesq=&pagfis=258>. Acesso em: 8 jul. 2022.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555**. Curitiba: Museu Maçônico Paranaense, [2022a]. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0555_Hist_Loja.htm. Acesso em: 17 jul. 2022.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. **Loja Unione e Fratellanza nº 0.779**. Curitiba: Museu Maçônico Paranaense, [2022b]. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com.br/MMPRaiz/LojaPRate1973/0555_Hist_Loja.htm. Acesso em: 17 jul. 2022.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. 2. ed. Curitiba: SAMP, 2017.

NAISSANCE: la famille Deyrolle. Paris: deyrolle nature art éducation. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://www.deyrolle.com/histoire/historique-de-la-maison-deyrolle/naissance-la-famille-deyrolle>. Acesso em: 23 dez. 2020.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, 2000.

PARANÁ. Secretaria d’Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Decreto n. 3 de 18 de outubro de 1892. Manda observar o Regulamento para o Gymnazio Paranaense. **A República**, Curitiba, ano 7, n. 790, p. 2, 20 out. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=3217>. Acesso em: 8 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria do Interior. Decreto n. 212. **A República**, Curitiba, ano 19, n. 122, p. 1, 27 maio 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=15674>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria do Interior. Expediente. **A República**, Curitiba, ano 24, n. 144, p. 1, 22 jun. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=22049>. Acesso em: 8 jul. 2022.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RICOEUR, Paul. Variações de escalas. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2018. p. 155-245.

ROCHA, Rafaela Mascarenhas. Histórico da imigração polonesa na região metropolitana de Curitiba. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 8, n. 19, p. 52-76, 2015.

ROLDÁN VERA, Eugenia; FUCHS, Eckhardt. Introduction: the transnational in the history of education. In: FUCHS, Eckhardt; ROLDÁN VERA, Eugenia (ed.). **The transnational in the history of education: concepts and perspectives**. Cham: Palgrave, 2019. p. 1-48.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de 1903**. Curitiba: Typ d’A República, 1904. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-11/ano_1903_mfn_694.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

SOUZA, Gizele de. **Instrução, o taller para o banquete da civilização**: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. A cauda abana o cão: o subimperialismo e o estado da Índia, 1500-1760. *In*: SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Comércio e conflito**: a presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700. Tradução Elisabete Nunes. Lisboa: Ed. 70, 1994. p. 151-173.

VEIGA, Cynthia Greive. A história da escola como fenômeno econômico: diálogos com história da cultura material, sociologia econômica e história social. *In*: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: UFES, 2018. p. 26-63.

VIDAL, Diana Gonçalves. Transnational education in the late nineteenth century: Brazil, France and Portugal connected by a school museum. **History of Education**, Abingdon, v. 46, n. 2, p. 228-241, 2017.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Espaços e processos educativos do ginásio paranaense**: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013a.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. Os espaços educativos do Ginásio Paranaense e Escola Normal (1904-1949). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** [S. l.]: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15Q3UqzXxTI3bT3hII4MVTLPmbXgGF-Gt/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Recebido em: 05.02.2021

Aprovado em: 07.04.2021

Gecia Aline Garcia é doutoranda e mestre em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES e pesquisadora do NEPIE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil/UFPR).

Gizele de Souza é professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, com pós-doutoramento pela Università degli Studi di Firenze, Itália. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (NEPIE), editora-chefe da Educar em Revista (UFPR) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2/CNPQ.